

**PORTARIA NORMATIVA N° 43, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

Regulamenta, no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em conformidade com a Lei n° 4.749, de 12 de agosto de 1965, o pagamento, no exercício de 2016, da gratificação salarial instituída pela Lei n° 4.090, de 13 de julho de 1962 – décimo terceiro salário, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 29, inciso III da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e o art. 70 do Regimento Geral aprovado pela Resolução CAU/BR n° 33, de 6 de setembro de 2012, e considerando a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, no dia 14 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1° A gratificação salarial instituída pela Lei n° 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício de 2016, até o dia 20 de dezembro de 2016, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido na forma do artigo seguinte.

Parágrafo único. O valor total da gratificação e a sua forma de cálculo atenderão ao que dispõem as Leis n° 4.090, de 1962, e n° 4.749, de 1965.

Art. 2° O adiantamento a que se refere o artigo antecedente, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração devida no respectivo mês, será pago nos seguintes prazos:

I - no mês de junho de 2016, a todos os empregados, exceto àqueles que fizerem opção pelo adiantamento na forma do item II deste artigo;

II - no mês de novembro de 2016, aos empregados que, até o dia 31 de maio de 2016, fizerem opção pelo adiantamento nesse mês.

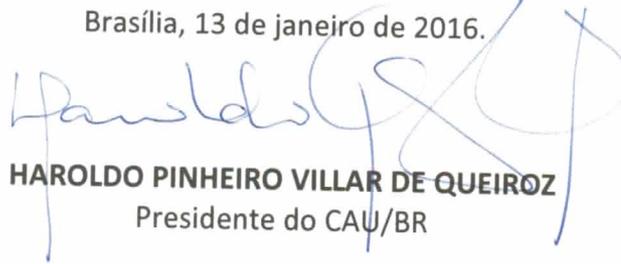
Art. 3° Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o art. 1° desta Portaria Normativa, proceder-se-á à compensação do adiantamento mencionado no art. 2° com as verbas rescisórias.

Art. 4° As retenções relativas ao Imposto de Renda Pessoa Física, às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social, e a quaisquer outros encargos devidos pelo empregado e incidentes sobre a gratificação de que trata esta Portaria Normativa serão descontadas por ocasião da quitação do valor residual na forma do art. 1°, ressalvados os casos de rescisão do contrato de trabalho nos termos do art. 3° antecedente, aplicando-se as compensações nas verbas rescisórias.



Art. 5º Esta Portaria Normativa entra em vigor nesta data.

Brasília, 13 de janeiro de 2016.



HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
Presidente do CAU/BR